

Eólica Chuí IX S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de Dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Mensagem da Diretoria.

1. AOS ACIONISTAS

A administração da Eólica Chuí IX S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, aos quais a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

2. A EMPRESA

A Companhia Eólica Chuí IX S.A. é uma sociedade anônima fechada, constituída em 02 de janeiro de 2014 conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição e registrada junto a JUCESC em 05 de fevereiro de 2014, que tem como objeto social o desenvolvimento, a implantação, a exploração, a operação e a manutenção de empreendimento de produção, transmissão, transformação e geração de energia elétrica proveniente de fonte Eólica do Parque Eólico denominado Chuí 09, localizado no município de Chuí, no Estado do Rio Grande Do Sul; a comercialização de energia elétrica gerada em seus empreendimentos; e a realização de estudos, projetos, comissionamentos, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Seus sócios são a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (99,99%) e a Renobrax Energias Renováveis Ltda. (0,01%), totalizando um capital de R\$ 49.902.000,00 (Quarenta e nove milhões, novecentos e dois mil reais), representado por 49.902 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

3. AUTORIZAÇÕES

O Ministério de Minas e Energia, autorizou a Companhia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado abaixo:

Chuí IX				
Controlada	Portaria N°	Data da Publicação	Capacidade Instalada (kW)	Prazo de Duração (Anos)
EOL Chuí IX	218	26/05/2014	20.000	35

4. ESPECIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A Usina Eólica Chuí IX é composta por um único Parque com 7.800 kW médios de garantia física. O projeto contém 10 (dez) aerogeradores modelo GE 1.7-100 com 1.79MW de potência, montados em torres de aço com 80 m de altura, SE Coletora Chuí,

LT 138 kV, SE Coletora Chuí e SE Santa Vitória do Palmar, compartilhada com instalações da Empresa Eólicas do Sul.

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Venci-mento da Outorga
Chuí09	17,9	7,8	100%			22/10/2015	27/05/2049

5. DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO

A Companhia entrou em operação comercial a partir do dia 22 de outubro de 2015 (Despacho No 3.542, de 21 de outubro de 2015). Os recursos necessários para a construção do parque eólico da Chuí IX foram obtidos através de uma estrutura de “Project Finance”, envolvendo aporte de capital e a captação nos mercados financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 11.127 (onze milhões, cento e vinte e sete mil reais), devido principalmente ao registro no passivo circulante dos valores de empréstimos e financiamentos além dos valores registrados para fins de ressarcimento da CCEAR.

6. CONTEÚDO

O ano de 2016 foi marcado pelo início do suprimento dos contratos CCEAR firmados no 17º Leilão de Energia A-3/2013 e dos contratos bilaterais PPA firmados no Ambiente de Comercialização Livre - ACL. Apesar de a operação comercial dos parques eólicos ter iniciado no ano de 2015, com a antecipação da conclusão física do(s) empreendimento(s), o ano de 2016 foi determinante para um melhor entendimento da dinâmica do OEM, bem como, para a realização de ajustes técnicos e de operação do(s) parque(s).

No que diz respeito aos ajustes técnicos, os aerogeradores GE 1.79-100 instalados no(s) parque(s), sofreram recorrentes danos causados por descargas atmosféricas e considerados acima da média se comparados aos indicadores de outros parques eólicos instalados na mesma região. Com a identificação do problema, a administração prontamente notificou a fabricante General Electric - GE, atribuindo-lhe a responsabilidade sobre o(s) fato(s), solicitou a extensão da garantia dos equipamentos bem como, uma solução definitiva para o problema.

Ainda, neste contexto, os ventos registrados em 2016 ficaram abaixo da média prevista, comprometendo a geração e a entrega de energia elétrica, conforme contratos firmados no ACR e no ACL. Conforme vem informando o Wind Trends Bulletin, elaborado e publicado pela reconhecida AWS Truepower, que reporta a performance anemométrica mundial, a região do extremo sul do Rio Grande do Sul tem observado uma velocidade dos ventos significativamente inferior à média de longo prazo nos anos de 2014 a 2016 (Fonte: <https://www.awstruepower.com/knowledge-center>). Cabe ressaltar que, durante a etapa de planejamento do(s) empreendimento(s) foram contratadas renomadas empresas certificadoras para a execução da medição e projeção dos ventos, objetivando a segurança e a viabilidade do(s) projeto(s) eólico(s) implantado(s).

Outro marco importante para a consolidação do(s) empreendimento(s) foi a liberação em janeiro de 2016, do financiamento de longo prazo pelo BNDES, conforme condições e valores aprovados pela diretoria do banco em novembro de 2015. Com aproximadamente 1 ano de atraso, o financiamento foi utilizado para a quitação do empréstimo ponte e da primeira e segunda emissão de debêntures de curto prazo,

realizados(as) pela empresa a fim de alavancar financeiramente os projetos e garantir a execução das obras dentro do prazo previsto no leilão.

Por fim, considerando os desafios e dificuldades enfrentadas, mesmo com a baixa geração, a operação e administração dos parques obteve grande êxito. Assim, a administração da companhia registra o reconhecimento e agradecimento a todos que, por sua qualificação e dedicação, contribuíram para o bom desempenho do empreendimento, propiciando a prestação de um serviço essencial e de qualidade para as comunidades abrangidas, respeitando e valorizando as dimensões socioambientais do estado do Rio Grande do Sul e de nosso país.

Florianópolis, 31 de março de 2017.

JOÃO NUNES RAMIS
Diretor Presidente

KATIA CRISTINA PASQUASO
Diretora Administrativo Financeira



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e aos acionistas da
Eólica Chuí IX S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Chuí IX S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Chuí IX S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Eólica Chuí IX S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

<i>Ativo</i>	<i>Nota</i>	<i>31.12.2016</i>	<i>31.12.2015</i>	<i>Passivo</i>	<i>Nota</i>	<i>31.12.2016</i>	<i>31.12.2015</i>
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	917	1	Fornecedores	14	2.848	681
Contas a receber	6	1.017	4.797	Tributos a recolher	15	112	306
Tributos a recuperar	7	229	65	Debêntures		-	37.162
Despesas pagas antecipadamente	8	41	47	Empréstimos e financiamentos	16	5.210	13.070
Outros créditos	9	<u>220</u>	<u>792</u>	Credores diversos	17	5.141	5.530
Total do ativo circulante		2.424	5.702	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	18	<u>240</u>	<u>-</u>
				Total do passivo circulante		13.551	56.749
Não circulante				Não circulante			
Depósitos vinculados	10	1.869	-	Empréstimos e financiamentos	16	39.985	-
Tributos diferidos	11	15.103	8.424	Adiantamento para futuro aumento de capital	19	2.105	45.077
Imobilizado	12	52.375	67.966	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	18	<u>717</u>	<u>-</u>
Intangível	13	<u>3.905</u>	<u>4.026</u>	Total do passivo não circulante		42.807	45.077
Total do ativo não circulante		73.252	80.416	Patrimônio líquido	20		
				Capital social		49.902	10
Total do ativo		<u>75.676</u>	<u>86.118</u>	Prejuízos acumulados		<u>(30.584)</u>	<u>(15.718)</u>
				Total do patrimônio líquido		19.318	(15.708)
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>75.676</u>	<u>86.118</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Chuí IX S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

	Nota	31.12.2016	31.12.2015
Receita operacional líquida	21	<u>7.222</u>	<u>4.540</u>
Custos de operação	22	<u>(6.261)</u>	<u>(1.865)</u>
Lucro bruto		<u>961</u>	<u>2.675</u>
Material		(11)	(5)
Serviço de terceiros	23	(210)	(200)
Depreciação		(3)	-
Impairment	12	(14.397)	(22.631)
Gerais e administrativas		(90)	(52)
Honorários dos administradores		<u>(151)</u>	<u>(76)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(13.901)</u>	<u>(20.289)</u>
Receitas financeiras	24	252	62
Despesas financeiras	24	<u>(7.896)</u>	<u>(3.732)</u>
		<u>(7.644)</u>	<u>(3.670)</u>
Resultado antes dos tributos		<u>(21.545)</u>	<u>(23.959)</u>
Impostos diferidos			
Imposto de renda		4.911	6.051
Contribuição social		<u>1.768</u>	<u>2.178</u>
Resultado do exercício		<u><u>(14.866)</u></u>	<u><u>(15.730)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Chuí IX S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

	31.12.2016	31.12.2015
Resultado do exercício	(14.866)	(15.730)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(14.866)</u>	<u>(15.730)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Chuí IX S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

	Nota	Reservas de Lucros					Total
		Capital social	Reserva Legal	Reserva Especial dividendo não distribuído	Lucros a disposição da assembleia	Prejuízos Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2014		10	2	2	8	-	22
Resultado do exercício		-	-	-	-	(15.730)	(15.730)
Absorção do prejuízos		-	(2)	(2)	(8)	12	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		10	-	-	-	(15.718)	(15.708)
Integralização de capital social 14 de janeiro de 2016	20	49.892	-	-	-	-	49.892
Resultado do exercício		-	-	-	-	(14.866)	(14.866)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		49.902	-	-	-	(30.584)	19.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Chuí IX S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de Reais

	31.12.2016	31.12.2015
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	<u>(21.545)</u>	<u>(23.959)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	3.997	1.091
Provisão para perda de ativos (Impairment)	14.397	22.631
Provisão de juros de fornecedores e credores diversos	728	-
Provisão Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	957	-
Baixa de imobilizado	514	-
Encargos financeiros	<u>4.220</u>	<u>3.226</u>
Lucro ajustado	3.268	2.989
Redução (aumento) nos ativos:		
Impostos a recuperar	(164)	16
Outros créditos	572	(767)
Despesas pagas antecipadamente	6	27
Depósitos vinculados	(1.869)	-
Contas a receber	<u>3.780</u>	<u>(4.798)</u>
	2.325	(5.522)
Aumento (redução) nos passivos:		
Contas a pagar a fornecedores	2.167	93
Tributos a recolher	(194)	242
Credores diversos	<u>(1.117)</u>	<u>-</u>
	856	335
Caixa gerado pelas atividades operacionais	6.449	(2.198)
Pagamento de juros debêntures	(884)	(4.491)
Pagamento de encargos financeiros	(2.581)	-
Pagamento custos de captação	<u>(1.055)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>1.929</u>	<u>(6.689)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		
Aplicações financeiras	-	2.377
Adições ao ativo imobilizado	<u>(3.196)</u>	<u>(43.948)</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	<u>(3.196)</u>	<u>(41.571)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		
Debêntures	-	11.119
Empréstimos e financiamentos obtidos	45.319	12.576
Integralização de capital	4.815	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.105	24.565
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(14.056)	-
Pagamento debêntures - principal	<u>(36.000)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento	<u>2.183</u>	<u>48.260</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	916	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>1</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>917</u>	<u>1</u>

As transações que não envolveram o caixa estão demonstrados na nota explicativa nº 29.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Eólica Chuí IX S.A., Geradora de Energia Elétrica é uma sociedade anônima fechada e que tem por objeto social o desenvolvimento, a implantação, a exploração, a operação e a manutenção de empreendimento de produção, transmissão, transformação e geração de energia elétrica proveniente de fonte Eólica, do Parque Eólico denominado Chuí 09, no município de Chuí, no Estado do Rio Grande Do Sul; a comercialização de energia elétrica gerada em seus empreendimentos; e a realização de estudos, projetos, comissionamentos, testes, operação, manutenção, gerenciamento, supervisão, aquisição de equipamentos e materiais e a contratação de terceiros para tanto, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em agosto de 2015, sendo que o Parque Eólico Chuí 09 possui 17,9 MW^{médios}¹ de potência instalada.

Os recursos necessários para a construção dos parques eólicos da Chuí IX foram obtidos através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta prejuízo no exercício de R\$14.866, prejuízos acumulados de R\$30.584 e capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 11.127 (R\$ 51.047 em 31 de dezembro de 2015). Este resultado se deve principalmente ao registro no passivo circulante dos valores a liquidar oriundos da construção do parque eólico e impairment sobre ativo imobilizado.

Contribui ainda para o aumento do passivo circulante a incidência de custos relacionadas à baixa geração de energia no período com ventos no local abaixo do previsto, bem como, o pagamento de trabalhos extras necessárias para conserto e reparo de aerogeradores danificados por ações de furtos/vandalismos e por descargas atmosféricas na região dos parques eólicos.

Atualmente as atividades da Companhia estão passando por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração vem tomando medidas que visam equacionar os resultados, otimizar custos e despesas para alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações.

A Administração entende que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia. Para amenizar a insuficiência de capital de giro, conforme descrito na nota explicativa nº 30, foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 01 de fevereiro de 2017 aportes de capital por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$8.350 para o exercício de 2017. Ainda conforme nota explicativa nº 30, a Administração está iniciando as negociações com a Renobrax, visando

(1) As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram revisadas pelos auditores independentes.

questionar os valores devidos e renegociar a dívida registrada na rubrica “Credores Diversos”.

Com relação à geração de energia para o ano de 2017, a perspectiva é de que os parques tenham um desempenho condizente com a curva esperada para o ano seguinte, contudo, não apresenta qualquer previsão de recuperação da geração frustrada nos períodos anteriores.

2 Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou a Companhia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado abaixo:

Controlada	Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
EOL Chui 09	Nº 218	26/05/2014	20MW médio ¹	35 anos

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou a alteração da Portaria acima citada, referente ao sistema de conexão e as características técnicas dos aerogeradores, com nova capacidade instalada de 17,9 MW¹, homologadas pela Resolução Autorizativa ANEEL n.º 5.397, de 11 de agosto de 2015.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A emissão das demonstrações financeiras foram autorizadas pela diretoria executiva em 31 de março de 2017.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo, de acordo com a expectativa de vida útil estimada pela administração, são as seguintes:

Edificações, obras civis e benfeitorias	34 anos
Máquinas e equipamentos	23 anos

(iii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

b. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os intangíveis da Companhia possuem vidas úteis definidas com base nos contratos de autorização.

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva

indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

d. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira e outros ativos financeiros.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

e. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

f. Reconhecimento da receita de venda de energia e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e contribuições incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

h. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

5 Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários à vista	226	1
Aplicações Financeiras	691	-
	<u>917</u>	<u>1</u>

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário (CDB) junto ao Banco Bannrisul S.A., cujos rendimentos são 100% do CDI, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e consistem em investimentos de baixo risco, possuindo liquidez diária.

6 Contas a receber

	31.12.2016	31.12.2015
Venda de energia	26	-
Provisão de venda de energia	991	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	4.797
	<u>1.017</u>	<u>4.797</u>

O saldo de contas a receber de dezembro de 2016 é composto pelo valor de R\$ 991 referente a provisões de venda de energia, bem como, do faturamento decorrente dos contratos bilaterais de venda de energia elétrica que compõe o valor de R\$ 26.

7 Tributos a recuperar

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de renda retido na fonte	92	64
PIS a recuperar	9	-
Cofins a recuperar	35	1
COSIRF pago indevidamente	5	-
IRRF a compensar s/ faturamento	48	-
CSLL a compensar s/ faturamento	40	-
	229	65

8 Despesas pagas antecipadamente

Refere-se a valores de Seguro Responsabilidade Civil a ser apropriado mensalmente como despesa durante o exercício corrente e Adiantamento a General Electric referente a serviços de O&M.

9 Outros créditos

Compreende valor a ser ressarcido pelo fornecedor Stk Sistemas do Brasil Ltda devido ao pagamento do seguro responsabilidade civil e Provisão de Lucro Cessante sobre o sinistro LT Eólicas do Sul.

10 Depósitos vinculados

Refere-se aos Investimentos de fundos referenciados ao Depósitos Interfinanceiro (DI). Constituído-se uma reserva para amortizações das dívidas obtidas em empréstimos com o BNDES e BRDE, em moeda nacional.

11 Tributos diferidos

	Base	IRPJ	CSLL	Saldo em 31.12.2016	Saldo em 31.12.2015
Prejuízo fiscal	6.101	1.525	549	2.074	535
Despesas pré-operacionais	1.291	323	116	439	194
Impairment	37.028	9.257	3.333	12.590	7.695
	44.420	11.105	3.998	15.103	8.424

A Companhia constituiu créditos fiscais devido reconhecimento de IRPJ e CSLL diferidos sobre o prejuízo fiscal e diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais acumulados.

12 Imobilizado

Abaixo segue a movimentação do imobilizado no período de 31/12/2015 a 31/12/2016:

Em curso	Saldos em 31.12.2015	Aquisições	Baixa	Transferências	Depreciação	Impairment	Saldos em 31.12.2016
Geração							
Terrenos	21	-	-	(21)	-	-	-
Edificações e benfeitorias	5.976	2.871	(236)	(5.976)	-	-	2.635
Maquinas e equipamentos	67.743	21	-	(67.764)	-	-	-
A ratear	6.361	408	(211)	(6.438)	-	-	120
Estudos e projetos	3.016	9	-	(3.016)	-	-	9
Tributos	590	122	(67)	(645)	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	7.959	-	-	(7.959)	-	-	-
Em serviço							
Geração							
Servidões	-	-	-	32	-	-	32
Terrenos	-	-	-	20	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	1.368	-	-	1.368
Maquinas e equipamentos	-	-	-	90.399	-	-	90.399
(-) Impairment	(22.631)	-	-	-	-	(14.397)	(37.028)
(-) Depreciação	(1.087)	-	-	-	(3.872)	-	(4.959)
(-) Reversão de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
PIS/COFINS	-	(237)	-	-	-	-	(237)
Administração							
Móveis e utensílios	22	2	-	-	-	-	24
(-) Depreciação	(4)	-	-	-	(4)	-	(8)
	<u>67.966</u>	<u>3.196</u>	<u>(514)</u>	<u>-</u>	<u>(3.876)</u>	<u>(14.397)</u>	<u>52.375</u>

Abaixo segue a movimentação do imobilizado no período de 31/12/2014 a 31/12/2015:

Em curso	Saldos em 31.12.2014	Aquisições	Baixas	Encargos Capitaliz.	Rendim. Capitaliz.	Depreciação	Impairment	Saldos em 31.12.2015
Geração								
Terrenos	21	-	-	-	-	-	-	21
Edificações e Benfeitorias	524	5.452	-	-	-	-	-	5.976
Maquinas e Equipamentos	2.341	65.402	-	-	-	-	-	67.743
A ratear	1.138	3.077	-	2.168	(22)	-	-	6.361
Estudos e projetos	1.837	1.179	-	-	-	-	-	3.016
Tributos	147	443	-	-	-	-	-	590
Adiantamento a fornecedores	38.789	-	(30.830)	-	-	-	-	7.959
(-) Depreciação	-	-	-	-	-	(1.087)	-	(1.087)
(-) Impairment	-	-	-	-	-	-	(22.631)	(22.631)
Em serviço								
Móveis e Utensílios	22	-	-	-	-	-	-	22
(-) Depreciação	(1)	-	-	-	-	(3)	-	(4)
	<u>44.818</u>	<u>75.553</u>	<u>(30.830)</u>	<u>2.168</u>	<u>(22)</u>	<u>(1.090)</u>	<u>(22.631)</u>	<u>67.966</u>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas suas operações. Em 31 de março de 2016 foi realizada a transferência do Ativo Imobilizado em Curso para o Ativo Imobilizado em Serviço conforme Resolução 674/2015 ANEEL.

Impairment (CPC 01 (R1))

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2016, avaliação da sua unidade geradora de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

Principais premissas adotadas:

	2016	2015
Taxa de desconto para o fluxo de caixa	6,26% pós-tax	7,5% pós-taxa
Preço da receita	De acordo com os contratos de CCEAR e PPAs vigentes a partir de 2017	De acordo com os contratos de CCEAR e PPAs vigentes a partir de 2017
Pis e Cofins	9,25% sobre a receita bruta	9,25% sobre a receita bruta
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro dos parques	Orçamento financeiro dos parques
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das autorizações	Prazos das autorizações

Como resultado, em 2016 foi constituída uma provisão para perdas com o Ativo Imobilizado no valor de R\$ 14.397. Este valor decorreu principalmente devido ao ressarcimento por geração a menor dos contratos CCEARS.

13 Intangível

	31.12.2016	31.12.2015
Cessão de direitos - Renobrax	4.075	4.075
(-) Amortização cessão de direitos	(171)	(50)
Outros	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>3.905</u>	<u>4.026</u>

Refere-se aos direitos relativos aos projetos de exploração do parque Chui 09 adquirido da Renobrax Energias Renováveis Ltda.

A amortização dos direitos de exploração, iniciou a partir do momento da entrada em operação, com base no prazo remanescente dos contratos de autorização.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui o saldo de R\$ 5.071, referente ao saldo remanescente a pagar a Renobrax Energias Renováveis, em função da compra dos projetos de exploração eólica. Os valores devidos são atualizados pelo IPCA acrescidos de juros de mora e demais penalidades previstas no contrato até a sua efetiva liquidação. (vide nota explicativa nº 17).

14 Fornecedores

	31.12.2016	31.12.2015
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão	53	93
Iccila - Ind., Com. e Contrucoes Ibage Ltda	1.217	101
Eolica Hermenegildo I S.A.	6	-
GE Water e Process Technologies do Brasil Ltda	1.410	288
Outros epecistas	67	138
Arrendamentos	95	61
	2.848	681

15 Tributos a recolher

	31.12.2016	31.12.2015
Imposto de renda retido a pagar	11	4
Retenções IN RFB 1.234/2012	45	52
ISS	-	1
INSS retido PJ	9	1
PIS	9	44
Cofins	38	204
	112	306

16 Empréstimos e financiamentos

	31.12.2016	31.12.2015
Empréstimo - BNDES	30.532	12.576
Encargos da dívida	1.576	494
Empréstimos - BRDE	13.307	-
Encargos da dívida	771	-
Custos a apropriar sobre empréstimos	(991)	-
	45.195	13.070
Circulante	5.210	13.070
Não Circulante	39.985	-

Foi firmado, no dia 14 de janeiro de 2016, contrato de financiamento direto junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme descrito abaixo:

Subcrédito	D1	D2
Valor total do crédito (R\$)	16.096.000,00	15.465.000,00
Sistema de Amortização	192 parcelas	192 parcelas
Taxa de juros final	TJLP + 2,02% a.a.	TJLP + 2,02% a.a.
Data da amortização		15 de julho de 2016
Finalidade	Implantação do Complexo Eólico Hermenegildo	

Os subcréditos D1 e D2 foram recebidos em 18 de janeiro de 2016, no valor bruto de R\$ 16.096 e 15.465, respectivamente. Sobre o principal da dívida decorrente dos subcréditos D1 e D2, incidirão juros à taxa de 2,02% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder será capitalizado, incorporando-se ao principal.

Foi firmado, no dia 7 de janeiro de 2016, contrato de financiamento indireto junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, conforme descrito abaixo:

Crédito	D	
Valor total do crédito (R\$)	13.758.000,00	
Sistema de Amortização	192 parcelas	
Taxa de juros final		TJLP + 3,40% a.a.
Data da amortização		15 de julho de 2016
Finalidade		Implantação do Complexo Eólico Hermenegildo

Sobre o principal da dívida, incidirão juros à taxa de 3,40% ao ano mais Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder será capitalizado, incorporando-se ao principal.

Covenants

Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2016.

Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviço da totalidade da dívida e três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES.

17 Credores diversos

	31.12.2016	31.12.2015
Cessão de direitos a pagar - Renobrax	5.071	4.343
General Electric - provisão EPC	-	1.147
Depósitos a identificar	1	-
Provisão compra de energia	69	-
Provisão Ressarcimento CCEAR	240	-
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	-	40
	<u>5.141</u>	<u>5.530</u>

Cessão de direitos a pagar - Renobrax

Refere-se aos valores a pagar à Renobrax Energias Renováveis Ltda., pela Cessão e Transferência de Bens e Direitos em caráter irrevogável, irretroatável e incondicional a Eólica Chuí IX S.A., a totalidade de 01 (um) parque eólico denominado “Chuí 09”, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Conforme correspondência CE CO PRE 010/2017 enviada a Renobrax em 08 de fevereiro de 2017, trata-se de informativo para reavaliação dos cálculos financeiros.

18 Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR

A geração de energia dos parques eólicos que estavam em operação durante o exercício foram inferiores aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto a CCEAR a ser liquidado nos exercícios subsequentes. O montante de R\$240 registrado

no passivo circulante refere-se aos desvio negativos (abaixo da faixa de tolerância -10%) de geração serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes conforme cláusula do referido contrato apurado ao final do ano contratual. O montante de R\$717 registrado no passivo não circulante refere-se aos ressarcimentos que estão na faixa de tolerância, acima de 90%, de geração serão ressarcimentos do final do primeiro quadriênio.

19 Adiantamento para futuro aumento de capital

Até 31 de dezembro de 2016 a Companhia recebeu o montante de R\$ 2.105 referente a adiantamento para futuro aumento da capital da sua controladora Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (R\$ 45.077 em 31 de dezembro de 2015). Tais valores estão classificados no passivo, pois podem ser capitalizados ou devolvidos ao acionista. O saldo de 31 de dezembro de 2015 foi totalmente integralizado em 14 de janeiro de 2016.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é formado por ações ordinárias que encontram-se totalmente subscrita e integralizadas, como demonstrado a seguir:

	31.12.2016			31.12.2015		
	Ações	%	Valor	Ações	%	Valor
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	49.897	99,99	49.897	9.999	99,99	9
Renobrax Energias Renováveis	5	00,01	5	1	00,01	1
	<u>49.902</u>	<u>100</u>	<u>49.902</u>	<u>10.000</u>	<u>100</u>	<u>10</u>

Em 14 de janeiro de 2016 houve a integralização de R\$ 49.892, parte da integralização é proveniente do saldo de AFAC de 2015 (R\$45.077).

Em 31 de dezembro 2016, as 49.902 ações ordinárias não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertence a acionistas domiciliados no país.

21 Receita operacional líquida

	31.12.2016	31.12.2015
Receita operacional bruta	9.146	5.003
(-) Deduções da receita bruta		
PIS não-cumulativo	(151)	(83)
Cofins não-cumulativo	(695)	(380)
(+/-) Provisões		
Provisões venda de energia	991	-
Provisão ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	(956)	-
Reversão Provisão Energia Eletrica Curto Prazo CCEE	(1.113)	-
	<u>7.222</u>	<u>4.540</u>

Provisão ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR

Em 31 de dezembro de 2016 houve a provisão de ressarcimento CCEAR, suprindo os valores acordados em contratos, relacionados à baixa geração de energia no período.

Os valores curto prazo R\$ 240 serão reembolsados no exercício de 2017 no abatimento do faturamento mensal, enquanto que os valores de longo prazo R\$ 717 são passíveis de recuperabilidade devido ao estudo da capacidade de geração de energia e o encerramento do quadriênio em 2019.

Reversão Provisão Energia Elétrica Curto Prazo CCEE

Em 2015 a provisão de geração de energia elétrica foi super estimada e conforme análises das demonstrações obtidas pela CCEE constatou-se a necessidade de reversão, firmamos que esta informação não terá efeito financeiro no fluxo de caixa da companhia.

22 Custos de operação

	31.12.2016	31.12.2015
Limpeza e Conservações	(1)	-
Meio ambiente	(16)	-
Vigilância dos parques	(68)	-
Serviço de terraplanagem	(34)	-
Energia comprada para revenda	(574)	-
O&M - GE (aerogeradores)	(308)	(318)
O&M - Eletrosul (Instalações de transmissão)	(153)	-
Encargos de uso do sistema de transmissão (EUST)	(629)	(344)
Taxa de fiscalização ANEEL	(50)	-
Arrendamentos - Direito de Uso de Terras	(182)	(62)
Liquidação Contabilização Resultado Negativo-CCEE	(57)	-
Depreciação	(3.872)	-
Amortização	(121)	(50)
Outros	(196)	-
	<u>(6.261)</u>	<u>(774)</u>

23 Serviços de terceiros

	31.12.2016	31.12.2015
Serviços administrativos, contábeis, financeiros e jurídicos	(141)	(133)
Publicações legais	(33)	(34)
Auditoria externa	(18)	(15)
Outros	(18)	(18)
	<u>(210)</u>	<u>(200)</u>

24 Receitas e despesas financeiras

	31.12.2016	31.12.2015
Rendimentos de aplicação financeira	185	44
Variação monetária ativa	-	18
Outras receitas financeiras	67	-
Receitas financeiras	252	62
Despesas bancárias	(12)	(3)
IOF	-	(121)
Multa e juros de mora	(193)	(114)
Encargos s/ empréstimos - BNDES	(2.924)	(494)
Encargos financeiros - Debêntures	(336)	(2.732)
Encargos s/ empréstimos - BRDE	(1.424)	-
Custos de empréstimos apropriados	(64)	-
Variação Cambial	(1.204)	-
Provisão de juros	(1.011)	-
Encargos s/ cessão de direitos - Renobrax	(728)	(268)
Despesas financeiras	(7.896)	(3.732)
Resultado financeiro	(7.644)	(3.670)

25 Contratos de longo prazo

a. Venda de energia

A Companhia possui contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica e respectiva potência associada, celebrados entre agente vendedor e agente de distribuição no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), resultante do 17º Leilão de Energia Nova que ocorreu em 18/11/2013 a um preço médio de R\$ 123,90/MWh atualizado pelo IPCA em dezembro de 2015. A Companhia firmou contrato de venda de energia elétrica com potência associada (PPA) com a sua controladora Eletrosul Centrais Elétricas S.A., a um preço médio de R\$ 149/MWh atualizado pelo IPCA em dezembro de 2015, com vigência até 31/12/2025.

b. Contratos de operação e manutenção

Para a Operação e Manutenção do Parque Eólico Chui IX, foram firmados contratos, com as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

- **General Electric Energy do Brasil** - Responsável pelos serviços de operação e manutenção dos aerogeradores pelo período de 10 anos - R\$ 11.950;
- **Eletrosul Centrais Elétricas S.A.** - Responsável pelos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão - R\$ 450;

26 Contingências

Até 31 de dezembro de 2016, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais.

27 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	31.12.2016		31.12.2015	
	Empréstimos recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	917	-	1	-
Depósitos vinculados	1.869	-	-	-
Passivos financeiros				
Contas a pagar de fornecedores	-	2.848	-	681
Debêntures a pagar	-	-	-	37.162
Empréstimos e financiamentos	-	45.195	-	13.070
Credores diversos	-	5.141	-	5.530
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	-	2.105	-	45.077

b. Valor de mercado dos instrumentos financeiros - Valor justo

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores justos. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

c. Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre suas aplicações financeiras, saldo a pagar a Renobrax e empréstimos e financiamentos sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2016 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo de sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e índices do cenário previsto para 31/12/2016. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerados no cenário possível.

	Saldo em 31.12.2016	Exposição	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Aplicações financeiras	691	CDI 14,03%	788	985	1.182
Depósitos vinculados	1.869	CDI 14,03%	2.132	2.665	3.198
Renobrax a pagar	(5.071)	IPCA 6,29%	(5.390)	(6.738)	(8.085)
Empréstimos e financiamentos	(45.195)	TJLP 7,5%	(48.585)	(60.731)	(72.878)

28 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2016, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 151 (R\$ 87 em 31 de dezembro de 2015) e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

b. Operações financeiras com partes relacionadas

A Companhia possui outras operações financeiras com outras empresas do grupo no qual está inserida, como segue:

Parte relacionada - Ativo	Natureza	31.12.2016	31.12.2015
Eólica Hermenegildo III S.A.	Outros créditos	121	121
CEB Distribuição S.A.	Contas a receber	8	-
CEAL	Contas a receber	16	-
CEPISA	Contas a receber	10	-
Total circulante		<u>155</u>	<u>121</u>

Parte relacionada - Passivo	Natureza	31.12.2016	31.12.2015
Eólica Hermenegildo I S.A.	Outros créditos	12	-
Eólica Hermenegildo II S.A.	Contas a receber	9	-
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	Fornecedores	5	-
FURNAS	Fornecedores	4	-
CHESF	Fornecedores	3	-
AMAZONAS GT	Fornecedores	2	-
ELETRONORTE	Fornecedores	4	-
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	2.106	45.073
Total		<u>2.145</u>	<u>45.073</u>
Circulante		39	0
Não circulante		2.106	45.073

29 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2016	31.12.2015
Juros capitalizados imobilizado (a)	-	2.168
Atualização Renobrax (b)	-	758
Provisão EPCs - liquidados (c)	-	203
Fornecedores de imobilizado (d)	-	529
Receita financeira capitalizada (e)	-	22
Integralização de capital com AFAC (f)	45.077	-

- (a) Refere-se a capitalização de juros sobre debêntures e empréstimos atribuíveis ao imobilizado.
- (b) Refere-se a adição de intangível que não houve liquidação financeira.
- (c) Refere-se a liquidação da provisão de epecistas do exercício de 2014.
- (d) Refere-se a aquisição de imobilizado não liquidada.

- (e) Refere-se a provisão de ISSQN.
- (f) A companhia utilizou parte do adiantamento para futuro aumento de capital existente em 2015 para integralizar capital em 2016.

30 Eventos Subsequentes

Para cumprimento das pendências técnico-financeiras decorrentes da implantação e operação comercial do empreendimento, foi aprovado pelo Conselho de Administração no dia 01 de fevereiro de 2017 os valores de aporte para o exercício de 2017 no montante de R\$8.350 pela acionista majoritária Eletrosul Centrais Elétricas S.A. por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC. Os valores serão solicitados mensalmente de acordo com a necessidade da companhia e da disponibilidade da acionista.

Em 08 de fevereiro de 2017, conforme carta formal em resposta a notificação recebida da Renobrax cobrando os valores devidos na nota explicativa nº17, a Companhia se manifestou informando que há divergência dos valores pleiteados em função de discussão a respeito dos montantes referentes à cobrança de juros, multa e atualização monetária. Desse modo, quando concluída a revisão dos cálculos, será apresentada proposta formal para negociação da dívida.

* * *